

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

A Covid-19 no âmbito jurídico



DIREITO CONSTITUCIONAL
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO TRIBUTÁRIO
DIREITO DO CONSUMIDOR
DIREITO DO TRABALHO



SUMÁRIO

COVID-19 e o DIREITO CONSTITUCIONAL.....	1
COVID-19 e o DIREITO ADMINISTRATIVO.....	6
COVID-19 e o DIREITO TRIBUTÁRIO.....	12
COVID-19 e o DIREITO DO CONSUMIDOR.....	16
COVID-19 e o DIREITO DO TRABALHO.....	20

COVID-19

Direito Constitucional

Direitos e deveres fundamentais em tempos de coronavírus / Saulo José Casali Bahia (Org.)...	2
Direitos e deveres fundamentais em tempos de coronavírus: segundo volume / Saulo José Casali Bahia e Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins (Org.).....	2
COVID-19 desafia o Estado Democrático de Direito na efetivação dos direitos fundamentais / Antonio Baptista Gonçalves e Eliana Faleiros Vendramini Carneiro	2
COVID-19: análise crítica da distribuição constitucional de competências / Rafael da Cás Maffini.....	3
A judicialização do medo: a função atípica e o covid-19 / Cesar Augustos Mazzoni.....	3
O debate sobre as eleições municipais de 2020 no Brasil e a pandemia da Covid-19 / Ana Claudia Santano.....	4
Direito à saúde, jurisdição constitucional e estado de emergência constitucional: uma perspectiva crítica da pandemia / Diogo Bacha e Silva e Alexandre Gustavo Melo Franco Moraes Bahia	4
Pandemia de COVID-19 e gênero: uma análise sob a perspectiva do Princípio Constitucional da isonomia / Heidy Cristina Boaventura Siqueira	5
Coronavírus (COVID-19) – Um Exame Constitucional e Ético das Medidas Previstas na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 / Silvia Beatriz Beger Uchôa e Bruno Beger Uchôa.....	5



BAHIA, Saulo José Casali (Org.). **Direitos e deveres fundamentais em tempos de coronavírus**. São Paulo: Editora IASP, 2020. 298 p. Disponível em: <<https://www.iasp.org.br/produto/direitos-e-deveres-fundamentais-em-tempos-de-coronavirus/>> Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

É uma série sobre Direitos e Deveres fundamentais em tempos de coronavírus, resultado de artigos elaborados para palestras proferidas em seminários semanais virtuais.

BAHIA, Saulo José Casali; MARTINS, Carlos Eduardo Behrmann Rátis (Org.). **Direitos e deveres fundamentais em tempos de coronavírus: segundo volume**. São Paulo: Editora IASP, 2020. 516 p. Disponível em: <<https://www.iasp.org.br/produto/livro-direitos-e-deveres-fundamentais-em-tempos-de-coronavirus-volume-2/>> Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

É uma série com 24 artigos sobre Direitos e Deveres fundamentais em tempos de coronavírus, resultado de artigos elaborados para palestras proferidas em seminários semanais virtuais.

GONÇALVES, Antonio Baptista; CARNEIRO, Eliana Faleiros Vendramini. COVID-19 desafia o Estado Democrático de Direito na efetivação dos direitos fundamentais. **Revista dos Tribunais**, v. 1016, p. 307-326, Jun. 2020. Disponível em: <<https://www.thomsonreuters.com.br/content/dam/openweb/documents/pdf/Brazil/revistas-especializadas/rt-1016-covid-19-desafia-o-estado-democratico-de-direito.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

A pandemia mundial provocada pela COVID-19 trouxe desafios ao mundo globalizado, e expôs as fragilidades dos Estados Democráticos de Direito que não efetivam os direitos fundamentais de maneira adequada e plena para seus cidadãos, como o Brasil. O país convive com graves problemas de saneamento básico, proliferação da geografia da exclusão através de comunidades e incremento das regiões periféricas com superlotação de espaço sem condições para tanto. Em tempos de isolamento social e da proteção dos entes queridos, como garantir os direitos dos familiares para aqueles que não possuem o mínimo? E como lidar com os desaparecidos e



com o direito de inumar das famílias que podem sequer saber que seu ente querido foi vítima da COVID-19 e não puderam acompanhar sua cremação? O Estado Democrático de Direito Brasileiro enfrenta seu maior embate contra um inimigo invisível, que expõe sem reservas as mazelas sociais de um país que não consegue prover o mínimo a fim de mitigar as desigualdades.

MAFFINI, Rafael da Cás. COVID-19: análise crítica da distribuição constitucional de competências. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/49702>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

O COVID-19 produzirá consequências ainda incalculáveis, em face da quais o Direito precisará apresentar soluções satisfatórias para um momento de crise como este. O Brasil, na linha do que vem ocorrendo numa série de outros países, está adotando medidas de enfrentamento ao surto de coronavírus, de acordo com a distribuição de competências legislativas e administrativas (materiais) prevista na Constituição Federal. O presente artigo busca, de um lado, apresentar a sistematização de tais competências constitucionais e, de outro, analisar criticamente se tal arranjo constitucional de funções legislativas e administrativas é satisfatório ao enfrentamento da crise causada pelo COVID-19.

MAZZONI, Cesar Augustos. **A judicialização do medo: a função atípica e o covid-19.** Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/5/7A61A034C524EF_AJudicializacaoDoMedo-AFuncaoA.pdf> Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

O surgimento da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV2 ou Covid-19) trouxe ao mundo uma nova situação de ordem, onde os Poderes Constitucionalmente Instituídos, pós Constitucional Federal de 1988, não viveram o estado de calamidade pública ou emergência (Decreto n.º 7257/2010) ou estado de defesa (CF, art. 136) na proporção do tamanho da pandemia do Covid-19, tomando medidas com características de estado de sítio (CF, art. 137), e provocando a ação do Poder Judiciário, o qual, fugindo as regras tradicionais da hermenêutica jurídica, está agindo por receio da possibilidade de uma imputação de responsabilidade, desrespeitando a ordem constitucional. Assim, nasce no direito brasileiro uma nova figura jurídica: A Judicialização do Medo, que amplia o conceito do ativismo judicial, uma vez



que o Poder Judiciário passa a invadir a competência constitucional de todos os Entes Federativos.

SANTANO, Ana Claudia. O debate sobre as eleições municipais de 2020 no Brasil e a pandemia da Covid-19. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 57, n. 226, p. 29-48, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/57/226/ril_v57_n226_p29>. Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

A eventual impossibilidade de realizar as eleições municipais de 2020 devido à pandemia da Covid-19 reacendeu o antigo debate sobre a unificação das eleições no Brasil. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, este artigo analisa como a Constituição e as normas internacionais de direitos humanos regulam tanto a hipótese de unificação quanto de adiamento das eleições. Conclui-se que, desde que seja preservada a periodicidade, não há afronta à democracia. Contudo, em última instância, a decisão é política.

SILVA, Diogo Bacha e; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco Moraes. Direito à saúde, jurisdição constitucional e estado de emergência constitucional: uma perspectiva crítica da pandemia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/50341>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

O artigo busca explorar o impacto jurídico da pandemia do COVID-19 em nosso sistema constitucional. Partindo da diferenciação entre estado de exceção e estado de emergência constitucional, a questão do enfrentamento da pandemia deve ter uma resposta dentro dos quadros estabelecidos pela Constituição de 1988. Além do mais, as respostas dos poderes públicos trouxeram à tona qual o federalismo que pretendemos proteger e concretizar a partir da repartição das competências. A resposta é um federalismo assimétrico e descentralizado para o enfrentamento das dificuldades sanitárias do coronavírus. Por último, a pandemia possibilitou um repensar crítico no próprio direito à saúde e como a tradição jurídica hegemônica o encara em uma perspectiva colonial.



SIQUEIRA, Heidy Cristina Boaventura. Pandemia de COVID-19 e gênero: uma análise sob a perspectiva do Princípio Constitucional da isonomia. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, n. 8, p. 216-226, 2020. Disponível em: <<https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1230>> Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

A mulher e o homem, em condições de igualdade, são sujeitos de direitos inscritos como fundamento do Estado Democrático no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/1988. Essa igualdade formal constitucionalizada, difundiu na sociedade o discurso jurídico que confere à mulher a natureza de sujeito de Direito. Entretanto, estatísticas da desigualdade apontam que há uma contradição entre a teoria de direitos e a prática deles na sociedade brasileira. O presente estudo objetiva demonstrar que esse panorâmico histórico de desigualdade de gênero fica ainda mais evidente em momentos de crise, como a atual pandemia de Covid-19 que o mundo atravessa.

UCHÔA, Silvia Beatriz Beger; UCHÔA, Bruno Beger. Coronavírus (COVID-19) – Um Exame Constitucional e Ético das Medidas Previstas na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 441-458, abr. 2020. Edição Especial. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/view/36163>> Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

As recentes alterações legislativas, para definir instrumentos que possibilitem o enfrentamento ágil da emergência de saúde pública provocada pela pandemia da doença causada pelo Coronavírus, trazem restrições a diversos direitos fundamentais individuais. Trata-se aqui de pesquisa documental qualitativa, baseada em artigos científicos, de opinião e jornalísticos, e da legislação. Inicia-se com uma breve passagem histórica pelos instrumentos restritivos da liberdade e da autonomia adotados com fundamento na saúde pública, denominadas Medidas Não Farmacêuticas (MNF), e aspectos relacionados à recente pandemia da COVID-19 e sua mitigação. Em seguida, realiza-se uma análise dos instrumentos previstos na Lei n. 13.979/2020, em especial da quarentena e do isolamento, bem como da Portaria Interministerial n. 5, de 17 de março de 2020, editada pelos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Saúde, e da Portaria n. 356 do Ministério da Saúde, à luz da Constituição da República, da ética e da saúde pública.

COVID-19

Direito Administrativo

O Dever de renegociar em tempos de COVID-19 e como lidar com os contratos administrativos / Daniel Josy Monteiro Andrade.....	7
A Casa de Máquinas da administração pública no enfrentamento à Covid-19: o caso do serviço funerário de São Paulo / Fernando de Souza Coelho et. al.....	7
As agências reguladoras em resposta à crise da COVID / Sérgio Guerra, Natasha Schmitt Caccia Salinas e Lucas Thevenard Gomes.....	8
O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: munificência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas / Nobuiuki Costa Ito e Leandro Simões Pongeluppe.....	8
Orçamento de Guerra no Enfrentamento à COVID-19: entre manobras parlamentares e batalhas políticas / Romero de Albuquerque Maranhão e Elói Martins Senhoras.....	9
O uso do ciberespaço pela administração pública na pandemia de COVID-19: diagnósticos e vulnerabilidades / Breno Pauli Medeiros et. al.....	10
O Controle Social de Políticas Públicas como Possibilidade de Efetivação do Direito Fundamental à boa Administração Pública após a Pandemia de COVID-19 / Lucas Henrique D'Antonio Peluso e Vítor Pizol de Rezende.....	10
COVID-19: o direito administrativo no grupo de risco / Vanice Regina Lírio do Valle.....	11



ANDRADE, Daniel Josy Monteiro. O Dever de renegociar em tempos de COVID-19 e como lidar com os contratos administrativos. **Revista Eletrônica da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - PGE-RJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://rpge-rj.emnuvens.com.br/pge/article/view/113>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

A COVID-19 trouxe um cenário de paralização global e diante disso surgem dúvidas a respeito de como devem se manter os contratos privados e administrativos e quais são as soluções do direito para o desequilíbrio contratual superveniente. No direito brasileiro, além da resolução e da revisão dos contratos, tem ganhado força na doutrina o dever de renegociar como alternativa para preservar o contrato e prestigiar a consensualidade, a solidariedade e a cooperação. O que se apresenta nesse estudo são as consequências do dever de renegociar e a sua aplicabilidade nos contratos administrativos.

COELHO, Fernando de Souza. et al. A Casa de Máquinas da administração pública no enfrentamento à Covid-19: o caso do serviço funerário de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 839-859, jul. 2020. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81886>> Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

O enfrentamento à COVID-19 no Brasil demanda estratégias e ações integradas e articuladas entre as três esferas de governo e seus diversos setores de políticas públicas para prestar serviços públicos essenciais e ofertar programas governamentais emergenciais. Para que essas ações públicas alcancem os cidadãos-usuários, as áreas-meio da administração pública, consideradas – metaforicamente – neste artigo como a Casa de Máquinas, entram em operação. Sob o prisma dessa dimensão intraorganizacional, este trabalho objetiva descrever e analisar as funções administrativas no ajuste do serviço funerário – elo final da cadeia de combate ao coronavírus em qualquer cidade. O locus empírico é o serviço funerário do município de São Paulo, escolhido pela sua magnitude e por ser monopólio do setor público. Usando-se da análise documental e da realização de entrevistas com gestores públicos locais, o artigo joga luz no back office pelas funcionalidades de finanças, recursos humanos, processos e tecnologia da informação (TI), compras e contratos, logística e operações, e comunicação/marketing, evidenciando as engrenagens das organizações públicas no contexto da crise sanitária e contribuindo para a reflexão sobre os pontos-chave que devem ser considerados em distintas realidades, ainda que com as limitações de uma análise de um processo em curso.



GUERRA, Sérgio; SALINAS, Natasha Schmitt Caccia; GOMES, Lucas Thevenard. As agências reguladoras em resposta à crise da COVID. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, p. 874-897, jul. 2020. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81888>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo analisar as respostas das agências reguladoras federais para o enfrentamento da crise de saúde pública gerada pelo novo coronavírus. Parte-se do entendimento de que a avaliação empírica dos padrões de resposta evidenciados pelas agências durante a crise da COVID-19 cumpre um papel importante no aprimoramento da função pública. Em primeiro lugar, porque oferece subsídios para que a própria atividade regulatória se adapte de forma mais célere às necessidades do atual momento de crise. Em segundo, porque o contexto excepcional gerado pela pandemia coloca em evidência alguns traços essenciais da atividade regulatória: suas condições de exercício e funcionalidades, suas limitações e potencialidades e, sobretudo, sua importância para a minimização de danos em cenários marcados por instabilidade estrutural. Os dados utilizados no presente estudo foram extraídos do Diário Oficial da União (DOU) e dos sítios eletrônicos das 11 agências reguladoras federais. Para a presente análise, foram selecionadas apenas as medidas com efetivo impacto regulatório sobre o setor regulado. Identificamos uma significativa heterogeneidade no volume de respostas das agências, em parte relacionada a diferenças setoriais, mas sobretudo decorrente de assimetrias na capacidade institucional desses órgãos. Identificamos também uma heterogeneidade no conteúdo das respostas das agências a problemas regulatórios semelhantes, evidenciando falhas de coordenação regulatória que precisam ser urgentemente solucionadas.

ITO, Nobuiuki Costa; PONGELUPPE, Leandro Simões. O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: munificência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 782-838, jul. 2020. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81885>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

RESUMO:

Diante de uma situação sem precedentes do surto da doença do coronavírus 2019 (COVID-19), os agentes públicos no nível do município não têm referências claras ou políticas testadas. Nessa situação, a tomada de decisão



pode se tornar um processo controverso. Este artigo fornece subsídios para gestores municipais lidarem com os estágios iniciais do surto de COVID-19. Analisamos as ações das prefeituras de todos os 52 municípios brasileiros com pelo menos trinta dias desde o primeiro caso confirmado da COVID-19. Utilizamos a fuzzy-set Comparative Qualitative (fsQCA) para identificar as combinações de fatores contextuais e ações públicas que reduziram a transmissão da COVID-19 durante o estágio inicial crítico. Os resultados empíricos mostram três caminhos principais para orientar a formulação de políticas: (1) um caminho de colaboração plural que envolve os setores público e privado na presença de um sistema de saúde frágil; (2) um caminho de ação pública que forneça programas de ajuda através de intensa colaboração dentro da burocracia pública; e (3) um caminho baseado nos recursos de um sistema de saúde bem estruturado.

MARANHÃO, Romero de Albuquerque; SENHORAS, Elói Martins. Orçamento de Guerra no Enfrentamento à COVID-19: entre manobras parlamentares e batalhas políticas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 6, p. 113-132, jun. 2020. ISSN 2675-1488. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/boca/article/view/OrcamentoGuerra/3002>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

A pandemia da COVID-19 transbordou diferentes impactos sanitários, sociais e econômicos no mundo que repercutiram em mudanças significativas nas rotinas diárias de famílias, empresas e governos. Tomando como referência o papel emergencial dos governos no enfrentamento à pandemia da COVID-19, o objetivo do presente artigo é analisar o caso brasileiro por meio de um estudo do Projeto de Emenda à Constituição 10/2020 e da consequente aprovação da Emenda à Constituição 106/2020 que deram origem ao “Orçamento de Guerra”. Com base nos resultados apresentados na pesquisa demonstrou-se que o “Orçamento de Guerra”, a despeito de ser considerado um dos principais marcos legais que surgiram no contexto de enfrentamento da pandemia, possui claros viesamentos e limitações estruturais que refletem o campo de poder existente no país.



MEDEIROS, Breno Pauli et al. O uso do ciberespaço pela administração pública na pandemia de COVID-19: diagnósticos e vulnerabilidades. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 650-662, jul. 2020. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81878>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

RESUMO:

A pandemia da COVID-19, por demandar isolamento social, impõe aproximação e coordenação de esforços de entes públicos e privados por intermédio da Internet e dos serviços digitais. O artigo analisa o uso e a operacionalização do ciberespaço pela Administração Pública no combate ao SARS-CoV-2 e apresenta um diagnóstico das vulnerabilidades e desafios referentes a essa crescente operacionalização. A administração pública passou a operacionalizar o ciberespaço com mais afinco a partir da década de 1990, com o e-government. Estratégias de coordenação (inter)governamental impostas pela atual conjuntura seriam impossíveis sem a intensificação da operacionalização do ciberespaço pelo aparato administrativo público, que transpõe para o domínio digital práticas e ações pouco usuais ou mesmo inéditas. Dada sua artificialidade, o ciberespaço só pode ser operacionalizado por detentores de meios para tal. A “democratização” cibernética esbarra na exclusão digital. O atual isolamento social evidencia desafios técnicos e socioeconômicos decorrentes da transposição do aparato de administração pública para o ciberespaço.

PELUSO, Lucas Henrique D’Antonio; REZENDE, Vítor Pizol de. O Controle Social de Políticas Públicas como Possibilidade de Efetivação do Direito Fundamental à boa Administração Pública após a Pandemia de COVID-19. **Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual**, n. 238, 2020. Disponível em: <<https://amazon-c.unifacs.br/index.php/redu/article/view/6739>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

Os efeitos da pandemia de Covid-19 são enormes para a administração pública, com destaque para colapsos nas esferas da saúde, economia e política. Em contrapartida, há que ser seguido, em homenagem ao Estado Democrático de Direito, o direito fundamental à boa administração pública. Dessa forma, o artigo se propõe a avaliar esse diapasão e, para tanto, irá elucidar a questão por meio da apresentação do controle social de políticas públicas como possibilidade de se equilibrar esse cenário. Salienta-se que o artigo se pauta em pesquisas bibliográficas e possui repercussão vasta, haja vista abranger a sociedade de modo geral.



VALLE, Vanice Regina Lírio do. COVID-19: o direito administrativo no grupo de risco. 2020. Disponível em: <[https://www.academia.edu/42378491/Direito Administrativo no grupo de risco?email_work_card=title](https://www.academia.edu/42378491/Direito_Administrativo_no_grupo_de_risco?email_work_card=title)> Acesso em: 10 ago. 2020.

RESUMO:

“A crise da pandemia de COVID-19 tematiza como entender e seguir aplicando o Direito Administrativo em tempos de crise. Este é um ensaio onde apresento breves ideias sobre quais sejam os riscos que o momento propõe no campo da ação administrativa, e porque isso possa estar a nos propor esteja o Direito Administrativo no grupo de risco de uma contaminação tão indesejada do ponto de vista social, quanto aquela do COVID-19.”

COVID-19

Direito Tributário

Coronavírus e a Lei de Responsabilidade Fiscal / Marcus.Abraham.....	13
Impactos da Covid-19 nas Receitas Tributárias e na Condição Financeira dos Estados do Sudeste do Brasil / Maria Gabriela Barbosa Borges.....	13
Administração tributária municipal e a Covid-19: um estudo do impacto nas receitas tributárias e nos serviços públicos / Ricardo Shigueru Fujiwara, Franciely Chropacz e Denis Offmann.....	14
Responsabilidade Social e Incentivos Fiscais no Brasil Durante a Pandemia de Covid-19: Uma Reflexão sobre a Legislação Fiscal atual / Daniel Jerônimo do Nascimento e Rebeca da Silva Cavalcanti.....	15



ABRAHAM, Marcus. **Coronavírus e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em:

<https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/374269/mod_resource/content/0/Coronav%C3%ADrus%20e%20a%20Lei%20de%20Responsabilidade%20Fiscal.pdf> Acesso em: 11 ago. 2020.

RESUMO:

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), através do seu artigo 65, considera a calamidade pública ou os estados de defesa ou de sítio circunstâncias excepcionais que permitem afastar temporariamente algumas das suas exigências, sobretudo as limitações para os gastos e endividamento. Para tanto, este estado não basta ser decretado pelo Poder Executivo, devendo ser formalmente reconhecido pela respectiva Casa Legislativa. Afinal, vidas são mais importantes do que metas fiscais, e disso ninguém tem dúvidas. Inequivocamente, podemos subsumir a atual situação de pandemia causada pela COVID-19 (Coronavírus) ao conceito de estado de calamidade pública, assim considerada a situação reconhecida pelo poder público de uma circunstância extraordinária provocada por desastre natural, humano ou misto, que causa sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes.

BORGES, Maria Gabriela Barbosa. Impactos da Covid-19 nas Receitas Tributárias e na Condição Financeira dos Estados do Sudeste do Brasil. In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 20.; 2020, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <<https://congressousp.fipecafi.org/anais/Anais2020/ArtigosDownload/3010.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2020.

RESUMO:

A presente pesquisa teve como propósito analisar o impacto da Covid-19 nas receitas tributárias e na condição financeira dos estados do sudeste brasileiro. Os procedimentos metodológicos foram subdivididos em duas vertentes, a primeira analisou as receitas tributárias dos estados do sudeste dos anos de 2019 e 2020 e suas variações ocasionadas pela pandemia. Enquanto a segunda buscou averiguar a representatividade das receitas tributárias na condição financeira dos estados. Nesse intuito, utilizou-se como referência para o impacto da pandemia o mês de abril de 2019, analisando a variação percentual das receitas tributárias nos anos de 2019 e 2020. E com base nessa variação foi projetada a arrecadação tributária do ano de 2020 caso os efeitos da pandemia se prolonguem de forma constante até o fim do ano. Para a análise da condição financeira com enfoque nas receitas tributárias estaduais, foi utilizada como guia a obra de Brown (1993). Como os indicadores desenvolvidos na literatura de Brown (1993) realçaram um



panorama geral das receitas, eles foram adaptados para este estudo a fim de que fosse possível captar a representatividade das receitas tributárias na condição financeira dos estados do sudeste brasileiro. Os resultados mostraram que a maioria dos estados não estavam preparados para uma queda na arrecadação tributária, uma vez que dos quatro estados analisados, apenas um possuía condição financeira positiva, outro estava no limite da sua saúde fiscal e os outros dois apresentavam déficit em suas contas governamentais. Revelou-se também, que o mês de abril de 2020 foi o de maior impacto na arrecadação dos entes, tal fato foi associado a disfunção econômica ocasionada pela pandemia do coronavírus.

FUJIWARA, Ricardo Shigueru; CHROPACZ, Franciely; OFFMANN, Denis. Administração tributária municipal e a Covid-19: um estudo do impacto nas receitas tributárias e nos serviços públicos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, ano 2, v. 3, n. 8, p. 86-100, 2020. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/boca/article/view/Fujiwara>> Acesso em: 11 ago. 2020.

RESUMO:

Este artigo apresenta uma visão panorâmica dos efeitos da pandemia de COVID-19 na arrecadação tributária e a disponibilização dos serviços públicos nos Municípios. A aplicação de questionário envolvendo fiscais e auditores fiscais comparando três fases, o antes, o durante e o após pandemia, no aspecto arrecadação e informatização dos processos. A análise da evolução da arrecadação antes e durante a pandemia, período compreendido entre março a maio de 2020. Dos questionários, resultou que 89,8% indicaram problemas de arrecadação durante o período pandêmico, e 64,8% indicaram a informatização dos processos. A queda de arrecadação é evidenciada na análise dos valores, alguns de forma mais acentuadas, e em outros municípios não tão significativas. As mudanças iniciadas prometem aumentar durante os próximos meses, uma consequência evidenciada e que provoca necessidades de aperfeiçoamento da administração tributária.



NASCIMENTO, Daniel Jerônimo do; CAVALCANTI, Rebeca da Silva. Responsabilidade Social e Incentivos Fiscais no Brasil Durante a Pandemia de Covid-19: Uma Reflexão sobre a Legislação Fiscal atual. In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 20.; 2020, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <<https://congressousp.fipecafi.org/anais/Anais2020/ArtigosDownload/2834.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2020.

RESUMO:

O atual cenário econômico e social causado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) tem causado danos drásticos à economia e à saúde dos brasileiros. Neste contexto, vários setores da sociedade tem se organizado em prol de doações de recursos para projetos sociais e para a sociedade civil. Grandes empresas brasileiras tem destinado milhões de reais para apoiar essas causas e tentar enfrentar os impactos da doença. A Contabilidade, enquanto ciência que objetiva zelar pelo patrimônio das entidades, deve estar atenta aos impactos financeiros e econômicos dessas transferências de recursos. E nesse trabalho não se está contestando a relevância e importância social das doações. Pelo contrário disso, o objetivo desta reflexão é propor medidas práticas para incentivar as empresas a aumentarem essas doações. Neste paper discute-se a omissão do Estado em não incentivar fiscal e tributariamente essa atitude das empresas que queiram contribuir com a sociedade neste momento atípico em que a sociedade brasileira está inserida. Apenas para fins de ilustração desta reflexão, além da pesquisa na legislação, foram enviados alguns questionários em formulário eletrônico para empresas do Lucro Real, clientes de uma empresa de contabilidade de João Pessoa/PB. Conforme dados apresentados no estudo, podemos concluir que a disponibilização de incentivo fiscal para doações durante a pandemia estimularia um maior número de doações das empresas, em conjunto com um trabalho de divulgação mais assertivo do programa e dos demais já existentes. Como sugestão para futuros trabalhos, pode-se sugerir a realização de uma pesquisa com dados mais concretos e numa amostragem maior afim de demonstrar de forma prática os benefícios para as empresas.

COVID-19

Direito do Consumidor

Políticas Públicas e as lições preliminares da Covid-19: análise comportamental, Direito do Consumidor e a economia do cuidado / Diógenes Faria de Carvalho e Vitor Hugo do Amaral Ferreira.....	17
Novo coronavírus: como a pandemia afeta a livre iniciativa e as relações de consumo / Daiane Eckardt e Jonathan Specht.....	17
O papel do direito do consumidor para o bem-estar da população brasileira e o enfrentamento à pandemia de Covid-19 / Guilherme Mucelin e Lúcia Souza D'Aquino.....	18
Efeitos Jurídicos do Coronavírus (COVID-19) das Relações de Consumo: Um Olhar Voltado para a Necessária Harmonização de Interesses / Josinaldo Leal de Oliveira.....	18
A crise do Covid-19 e a defesa da concorrência: desafios e perspectivas à luz das orientações da OCDE / Paulo Burnier da Silveira, Antônio Capobiano e Marcos Fabrício Pova.....	19



CARVALHO, Diógenes Faria de; FERREIRA, Vitor Hugo do Amaral. Políticas Públicas e as lições preliminares da Covid-19: análise comportamental, Direito do Consumidor e a economia do cuidado. **Revista da Defensoria Pública da União**, v. 13, p. 17-20, 2020. Disponível em <<https://revistadadpu.dpu.def.br/index.php/revistadadpu/article/view/354/221>> Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

Em tempos de pandemia, o que conhecíamos apenas em ficção ou relatos distantes da contemporaneidade, os agentes políticos se colocam no desafio de criar medidas que minimizem os efeitos, uma vez que evitá-los é impossível. As políticas públicas enfrentam a urgência em ações que contemplem os aspectos sociais e econômicos.

ECKARDT, Daiane; SPECHT, Jonathan. Novo coronavírus: como a pandemia afeta a livre iniciativa e as relações de consumo. **Anuário Pesquisa e Extensão UNOESC São Miguel do Oeste**, 2020. Disponível em <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/24514/14412>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

O coronavírus impactou diretamente e de forma repentina a vida de toda a população mundial. Frente a isso objetivou se demonstrar como a pandemia alterou algumas das diversas relações de consumo, atingindo direitos e princípios fundamentais, dentre eles a livre iniciativa e a liberdade econômica, momento em que o Estado precisa intervir nas relações consumeristas para que a população tenha acesso aos produtos essenciais, com preço compatível com o de mercado.



MUCELIN, Guilherme; D'AQUINO, Lúcia Souza. O papel do direito do consumidor para o bem-estar da população brasileira e o enfrentamento à pandemia de Covid-19. **Revista do Direito do Consumidor**, v. 129, maio/jun. 2020. Disponível em <<https://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/Mucelin-Aquino-Pandemia-Consumidor-3.1.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

O início do ano de 2020 foi marcado por uma pandemia de COVID-19, afetando a saúde não só dos consumidores, mas também do mercado de consumo. Entre as medidas de prevenção à contaminação, estão a higienização e a evitação de locais com aglomerado de pessoas, o que se demonstra um desafio especialmente em razão de práticas dos fornecedores, que têm dificultado o acesso de tais bens no mercado de consumo por meio da cobrança de preços exorbitantes. Ademais, consumidores que haviam programado viagens têm enfrentado dificuldades ao tentar reagendar ou cancelar produtos e serviços no ramo do turismo. Assim, o presente trabalho pretende analisar, a partir dos princípios do Direito, em especial do Direito do Consumidor, quais as respostas adequadas a tais situações, tendo em vista o equilíbrio nas relações em tempos de uma crise sanitária mundial. A resposta, além de passar pelo bom-senso, reside principalmente no caráter coletivo do direito do consumidor.

OLIVEIRA, Josinaldo Leal de. Efeitos Jurídicos do Coronavírus (COVID-19) das Relações de Consumo: Um Olhar Voltado para a Necessária Harmonização de Interesses. In: BAHIA, Saulo José Casali e; MARTINS, Carlos Eduardo Behrmann Rátis (Orgs.). **Direitos e deveres fundamentais em tempos de Coronavírus**: segundo volume. São Paulo: Editora IAPS, p. 260-278, 2020. Disponível em: <http://www.escoladaajuris.org.br/observatorio/images/DIREITOS_E_DEVERES_FUNDAMENTAIS_EM_TEMPOS_DE_CORONAVIRUS-2.pdf#page=261> Acesso em: 10 ago. 2020.

RESUMO:

Analisa, alguns dos efeitos da pandemia do coronavírus nas relações de consumo.



SILVEIRA, Paulo Burnier da; CAPOBIANO, Antônio; POVOA, Marcos Fabrício. A crise do Covid-19 e a defesa da concorrência: desafios e perspectivas à luz das orientações da OCDE. **Revista de Defesa da Concorrência**, v. 8, n. 1, p. 7-19, jun. 2020. Disponível em <<http://revista.cade.gov.br/index.php/revistadedefesadaconcorrencia/article/view/509/28>> Acesso em: 30 jun. 2020.

RESUMO:

A crise sanitária e econômica provocada pela pandemia do Coronavírus acende uma série de questões jurídicas, que incluem as relações trabalhistas, a proteção dos consumidores, a livre concorrência, o acesso a dados pessoais para fins de monitoramento social, entre tantos outros. Esse artigo tem por objetivo lançar luz sobre os desafios e as perspectivas no campo da defesa da concorrência. Inicialmente, os aspectos concorrenciais são examinados, como a prática de price gouging, as colaborações entre concorrentes, a aquisição de concorrentes em dificuldades financeiras, bem como a importância de promover a concorrência em contratações públicas emergenciais. Em seguida, aborda-se a sua interface no plano consumerista, bem como as orientações elaboradas pela OCDE sobre o tema. Por fim, conclui-se com reflexões em vista de perspectivas futuras.

Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19 / ABÍLIO, L. C. Abílio et. al.....	21
Aspectos trabalhistas e previdenciários decorrentes da pandemia nos casos de doenças ocupacionais nos serviços de natureza essencial: algumas reflexões sobre a medida provisória 927/2020 / Ana Paula Silva de Araújo.....	21
O Direito do Trabalho na crise da COVID-19 / Alexandre Agra Belmonte, Luciano Martinez e Ney Maranhão.....	22
Reflexões sobre os fundamentos da responsabilidade civil do empregador nas situações de contaminação do empregado pelo Covid-19 / Ana Paola Santos Machado Diniz, Gabriela Silva e Lima e Maria Paula Silva da Costa.....	22
O Coronavírus: uma pandemia jurídica trabalhista e a Medida Provisória 927/2020 / Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante e Letícia Costa Mota Wenzel.	23
Análise da compatibilidade da medida provisória 936/2020 com o sistema jurídico-trabalhista / Guilherme Guimarães Ludwig.....	23
Direitos Fundamentais Trabalhistas na Pandemia e o Não Retrocesso Social / Edilton Meireles.....	24
Considerações sobre as medidas adotadas pelo Brasil para solucionar os impactos da pandemia do Covid-19 sobre os contratos de trabalho e no campo da Seguridade Social e da de prevenção de riscos laborais / NAHAS, Thereza C. Nahas e Luciano Martinez.....	24
Panorama das alterações trabalhistas durante a pandemia da Covid-19 / Rodolfo Pamplona Filho e Leandro Fernandez.....	25
A relevância da intervenção sindical e da negociação coletiva em tempos de Covid-19: uma análise crítica das Medidas Provisórias 927 e 936/2020 sob a ótica dos julgamentos do STF / Ana Clara Barbosa Paiva Santos, Iângre dos Santos Pereira e Ana Paola Santos Machado Diniz.....	25
Impactos da Covid-19 nas verbas trabalhistas / SILVEIRA, Fernando dos Santos Tramontim Silveira e Guillermo Alberto Gallardo Heinrich.....	26



ABÍLIO, L. C. et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, n. 8, jun. 2020. Disponível em: <<http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/74/37>> Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

Esta pesquisa teve o objetivo de identificar os impactos da pandemia da COVID-19 nas condições de trabalho dos entregadores via plataforma digital. Participaram 298 trabalhadores em 29 cidades, que responderam questionário on-line por meio da ferramenta Google Forms. Para a disseminação do questionário foi utilizado o método “bola de neve”, em que integrantes de diferentes redes sociais respondem ao questionário e o encaminham para outras redes. Os resultados revelados apontam para a manutenção de longos tempos de trabalho, associado à queda da remuneração desses trabalhadores que hoje arriscam sua saúde e a de suas famílias, no desempenho de um serviço essencial para a população brasileira, ao contribuírem para a implementação e a manutenção do isolamento social no contexto da pandemia. Em relação às medidas de proteção, os trabalhadores as vêm tomando e as custeando por conta própria. A grande maioria dos entrevistados afirmou adotar uma ou mais medidas de proteção na execução de seu trabalho, enquanto as medidas adotadas pelas empresas concentram-se na prestação de orientações.

ARAÚJO, Ana Paula Silva de. Aspectos trabalhistas e previdenciários decorrentes da pandemia nos casos de doenças ocupacionais nos serviços de natureza essencial: algumas reflexões sobre a medida provisória 927/2020. **Revista Eletrônica OABRJ**, Edição Especial Projeto Mentoria, 2020. Disponível em: <<http://revistaeletronica.oabRJ.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Mentora-Ana-Paula-Silva-de-Ara%C3%BAjo.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

A discussão existente na relação entre ocorrência de doença ocupacional e a contaminação pelo covid-19 descortina muitos impactos na saúde do trabalhador, nos benefícios previdenciários por incapacidade do regime geral de previdência social e nas obrigações tributárias do empregador. Diante de tais elementos, se faz necessária uma abordagem sobre os aspectos previdenciários decorrentes da pandemia, com o cotejo entre a MP 927 com os direitos fundamentais dos trabalhadores dos serviços essenciais.



BELMONTE, Alexandre Agra; MARTINEZ, Luciano; MARANHÃO, Ney. O Direito do Trabalho na crise da COVID-19. Salvador: Juspodivm, 2020. Disponível em: <[http://www.abmtrab.com.br/arquivos/Direito do Trabalho na Crise da COVID19.pdf](http://www.abmtrab.com.br/arquivos/Direito_do_Trabalho_na_Crise_da_COVID19.pdf)> Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

Esta obra reúne os mais renomados juristas trabalhistas sobre os diversos aspectos das Medidas Provisórias e da legislação trabalhista ordinária diante da pandemia da COVID-19.

DINIZ, Ana Paola Santos Machado; LIMA, Gabriela Silva e; COSTA, Maria Paula Silva da. Reflexões sobre os fundamentos da responsabilidade civil do empregador nas situações de contaminação do empregado pelo Covid-19. In: HIRSCH, Fábio Periandro de Almeida (Org.). **Covid-19 e o direito na Bahia**. Salvador: Ed. Direito Levado a Sério, p. 87-122, 2020. Disponível em: <[https://www.academia.edu/43586599/COVID-19 E O DIREITO NA BAHIA Estudos da comunidade da UNEB](https://www.academia.edu/43586599/COVID-19_E_O_DIREITO_NA_BAHIA_Estudos_da_comunidade_da_UNEB)> Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

Em meio à pandemia do coronavírus (COVID-19), há a insurgência de crises em diferentes setores, inclusive, nas relações de trabalho. O momento exige reflexão sobre as medidas jurídico-trabalhistas relacionados à saúde do trabalhador, contemplando o alto risco de contaminação do vírus. Partindo dessa concepção, o presente estudo analisa a possibilidade de responsabilização civil do empregador pelos danos decorrentes do contágio do trabalhador durante a prestação de serviços, tendo em vista os fundamentos do dever de reparação e os princípios aplicáveis. Não descuida da análise da MP nº927, editada no curso da crise pandêmica e que mereceu análise do STF em controle de constitucionalidade em tema de saúde e segurança.



JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; WENZEL; Letícia Costa Mota. O Coronavírus: uma pandemia jurídica trabalhista e a Medida Provisória 927/2020. **Cielo Laboral**, 2020. Disponível em:

<http://www.cielolaboral.com/wp-content/uploads/2020/04/ferreira_quadros_costa_noticias_cielo_n4_2020.pdf

> Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

Traz algumas considerações sobre as principais alterações advindas com a MP 927 e suas interações com o sistema jurídico de proteção laboral.

LUDWIG, Guilherme Guimarães. Análise da compatibilidade da medida provisória 936/2020 com o sistema jurídico-trabalhista. *In*: HIRSCH, Fábio Periandro de Almeida (Org.). **Covid-19 e o direito na Bahia**. Salvador: Ed. Direito Levado a Sério, p. 204-214, 2020. Disponível em:

<https://www.academia.edu/43586599/COVID-19_E_O_DIREITO_NA_BAHIA_Estudos_da_comunidade_da_UNEB>

Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

O presente artigo tem por objeto empreender uma análise sistemática desta iniciativa normativa trabalhista do Poder Executivo para administrar o impacto da pandemia do novo coronavírus. Sem perder de vista o caráter excepcional do cenário de uma emergência de saúde pública, a abordagem enfocará especialmente a compatibilidade ou não dos novos dispositivos com o sistema jurídico-trabalhista brasileiro à luz da Constituição Federal de 1988.



MEIRELES, Edilton. Direitos Fundamentais Trabalhistas na Pandemia e o Não Retrocesso Social. In: BAHIA, Saulo José Casali e; MARTINS, Carlos Eduardo Behrmann Rátis (Orgs.). **Direitos e deveres fundamentais em tempos de Coronavírus**: segundo volume. São Paulo: Editora IAPS, p. 200-231, 2020. Disponível em: [http://www.escoladaajuris.org.br/observatorio/images/DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS EM TEMPOS DE CORONAVIRUS-2.pdf#page=201](http://www.escoladaajuris.org.br/observatorio/images/DIREITOS_E_DEVERES_FUNDAMENTAIS_EM_TEMPOS_DE_CORONAVIRUS-2.pdf#page=201)> Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

O presente estudo, utilizando-se do método dedutivo, com interpretação de texto normativo e revisão da jurisprudência, aborda a questão relativa ao afastamento dos direitos fundamentais trabalhistas em tempos de coronavírus.

NAHAS, Thereza C.; MARTINEZ, Luciano. Considerações sobre as medidas adotadas pelo Brasil para solucionar os impactos da pandemia do Covid-19 sobre os contratos de trabalho e no campo da Seguridade Social e da de prevenção de riscos laborais. **Cielo Laboral**, 2020. Disponível em: http://www.cielolaboral.com/wp-content/uploads/2020/04/brasil_noticias_cielo_coronavirus.pdf> Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

Aponta as medidas de isolamento adotadas pelo Governo Brasileiro, mostrando as soluções jurídicas e legais adotadas quanto aos impactos das medidas de exceção nos contratos de trabalho em curso.



PAMPLONA FILHO, Rodolfo; FERNANDEZ, Leandro. Panorama das alterações trabalhistas durante a pandemia da Covid-19. *In*: BAHIA, Saulo José Casali e; MARTINS, Carlos Eduardo Behrmann Rátis (Orgs.). **Direitos e deveres fundamentais em tempos de Coronavírus**: segundo volume. São Paulo: Editora IAPS, p. 471-487, 2020. Disponível em: <[http://www.escoladaajuris.org.br/observatorio/images/DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS EM TEMPOS DE CORONAVIRUS-2.pdf#page=472](http://www.escoladaajuris.org.br/observatorio/images/DIREITOS_E_DEVERES_FUNDAMENTAIS_EM_TEMPOS_DE_CORONAVIRUS-2.pdf#page=472)> Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

Apresenta ao público um panorama geral das alterações concernentes à seara juslaboralista no Brasil. Conquanto sejam variadas as questões polêmicas envolvendo cada uma das recentes modificações legislativas, a pretensão dos autores, neste espaço, é exclusivamente oferecer ao leitor uma visão ampla da evolução da legislação de crise e do seu conteúdo.

SANTOS, Ana Clara Barbosa Paiva; PEREIRA, Iângre dos Santos; DINIZ, Ana Paola Santos Machado. A relevância da intervenção sindical e da negociação coletiva em tempos de Covid-19: uma análise crítica das Medidas Provisórias 927 e 936/2020 sob a ótica dos julgamentos do STF. *In*: HIRSCH, Fábio Periandro de Almeida (Org.). **Covid-19 e o direito na Bahia**. Salvador: Ed. Direito Levado a Sério, p. 123-149, 2020. Disponível em: <[https://www.academia.edu/43586599/COVID-19 E O DIREITO NA BAHIA Estudos da comunidade da UNEB](https://www.academia.edu/43586599/COVID-19_E_O_DIREITO_NA_BAHIA)> Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

As Medidas Provisórias nº 927/2020 e 936/2020, editadas em razão da pandemia do COVID19 contemplam medidas que podem ser adotadas pelos empregadores, tendo como premissa a preservação do emprego e da renda, para vigerem durante o estado de calamidade pública. Destacou-se o permissivo de sobreposição de acordos individuais sobre os instrumentos normativos legais e negociais como aspecto relevante para discussão, substancialmente quando aplicável à redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e para suspensão do contrato de trabalho. Porque impactam diretamente o papel constitucionalmente garantido às organizações sindicais para a tutela de direitos e garantias dos trabalhadores, afetando a negociação coletiva enquanto instrumento de solução do conflito trabalhista, foram submetidas ao crivo do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade. O presente estudo sintetiza os argumentos centrais trazidos a lume pelos ministros da Corte Suprema, analisando-



os criticamente, e no propósito de contribuir para o debate que está aceso acerca da importância da negociação coletiva e participação do sindicato nas soluções pensadas em tempos de crise e dificuldade econômica.

SILVEIRA, Fernando dos Santos Tramontim; HEINRICH, Guillermo Alberto Gallardo. Impactos da Covid-19 nas verbas trabalhistas. **Aporia Jurídica**, v.1, n.13, jan./jul. 2020. Disponível em: <<http://www.cesage.com.br/revistas/index.php/aporiajuridica/article/view/1060/pdf>> Acesso em: 30 jul. 2020.

RESUMO:

O objetivo do presente artigo é analisar os impactos da pandemia causada pelo novo coronavírus nas principais verbas trabalhistas, dando ênfase ao aviso prévio e às férias. Trata-se, portanto, de pesquisa descritiva, utilizando-se o método dedutivo. Considera-se dedutivo pela análise de informações contidas em livros e artigos científicos com a finalidade de obter conclusão a respeito da problemática levantada. O artigo realizou-se através de pesquisas bibliográficas na área específica do Direito, mais precisamente na área trabalhista.

Realização:

**BIBLIOTECA DA PROCURADORIA-GERAL DO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

Procurador-Geral

MARCELO MOREIRA MARQUES

Procuradora-Diretora do Centro de Estudos

VANICE VALLE

Diretora da Diretoria de Documentação

VANIA BLANCO

Equipe técnica

Andréia dos Santos Martins Quirino

Clarice Wionoscky Faria

Maridete Motta dos Santos Silva

Ana Ferreira (Estagiária de Biblioteconomia)

Even Maria Holanda (Estagiária de Biblioteconomia)

Yasmim Andrade (Estagiária de Biblioteconomia)

